

## AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICO-SINDICAIS DOS BANCÁRIOS NA PRAÇA SETE, DE BELO HORIZONTE

### *THE SYNDICALS AND POLITICS MANIFESTATIONS BY THE BANK CLERKS IN PRAÇA SETE OF BELO HORIZONTE*

FABIANO ROSA DE MAGALHÃES<sup>1</sup>

Recebido em: 24/03/2014

Aprovado em: 17/10/2014

#### RESUMO

Este artigo coloca em relevo as manifestações político-sindicais dos bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. O enfoque são as manifestações organizadas por um segmento do movimento operário, colocando em evidência a relação com o espaço público, cuja simbologia foi também construída pelos movimentos sociais, ao longo da história da Praça Sete. Manifestar na praça foi e tem sido uma das formas mais significativas de expressão política. Por que ir às ruas e às praças? Como os movimentos operários buscaram ocupar o espaço público e que símbolos buscaram construir nele? É com essa perspectiva que se realizou um levantamento histórico das principais manifestações políticas que tiveram como palco a Praça Sete, de Belo Horizonte. O Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte marcou presença naquele espaço, trazendo suas bandeiras e, em determinados momentos, buscando romper com a lógica cotidiana da rua, marcada pelos tempos e espaços definidos pelo crivo dos negócios e pela impessoalidade. A ação dos movimentos sociais na praça acaba por romper com essa lógica, transgredindo os usos tradicionais da rua. A pesquisa traz à tona os discursos que emergem/emergiram a partir das ocupações das ruas. O tema é bastante atual e, por isso, este texto pretende contribuir no sentido de abrir um debate em torno de uma temática pouco pesquisada em ciências sociais.

**Palavras-Chave:** Sociologia das manifestações; Praça Sete; Bancários; Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte (MG).

#### ABSTRACT

*This article sheds light on the political and trade union manifestations of employees of banks in Praça Sete of Belo Horizonte. The focus is events organized by a segment of the labor movement, putting in evidence this relationship with public space whose symbolism was also built by the social movements throughout history of Seven Square. Protest in the square was and has been one of the most significant forms of political expression. Why go to the streets and squares? As the workers's movements sought to occupy public space and symbols that sought to build on it? It is with this perspective that conducted a historical survey of the major political manifestations that had the stage the Praça Sete of Belo Horizonte. The syndicate of bank employees from Belo Horizonte was one of the entities to present in that space, and bringing their flags at certain times, seeking to break with the logic of the street, place of business and impersonality. The action of social movements in the square ends up breaking up with this logic, transgressing the uses of the street. The research brings to light the discourses that emerge / emerged from the occupations of the streets. The topic is very current, and this text aims to contribute towards opening a debate on a subject little studied in social sciences.*

**Keywords:** *Sociology of manifestation; Praça Sete; Bank employees; Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte (MG).*

---

<sup>1</sup> Professor de Sociologia no Instituto Federal do Norte de Minas, Brasil. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: [fabianormagalhaes@yahoo.com.br](mailto:fabianormagalhaes@yahoo.com.br).

## 1 Introdução

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona a discussão sobre o fenômeno das ações coletivas em espaço público. Trata-se de um tema que se encontrava marginalizado no âmbito das ciências sociais brasileiras, sobretudo nos anos de 1990, quando o fenômeno apresentou um recuo considerável, em função da conjuntura nacional e internacional que esteve marcada pelas políticas neoliberais. Nesse contexto, diversas categorias profissionais sofreram drásticas reduções e o movimento sindical caracterizou-se por ações mais defensivas e, conseqüentemente, o número de greves caiu consideravelmente. Em outros momentos, como nos anos de 1960 e 1980, as atividades políticas em praças e ruas das grandes cidades obtiveram destaque considerável. Nesse sentido, apesar do recuo mencionado, não há como desconsiderar o lugar simbólico que as ruas representam como espaço das manifestações políticas. Assim, mesmo em períodos de relativo marasmo político, algumas praças e ruas são ocupadas como forma de expressão de alguma demanda político-social.

De pronto, podemos dizer que as manifestações de rua suscitam duas questões relevantes do ponto de vista sociológico. Primeiramente, a consideração dos atores manifestantes que levam às ruas as suas simbologias, buscando impregná-las com suas bandeiras e comunicar algo para o conjunto da sociedade. Esclarecer tais aspectos tem sido uma das preocupações daquilo que, na França, denominou-se *Sociologie de la Protestation*, que tem como representante, dentre outros, Pierre Favre. Em nosso artigo, fizemos uma análise acerca de tal enfoque. A outra questão, por sua vez, diz respeito às considerações sobre o espaço público propriamente dito. Como é possível observar, algumas praças ou ruas guardam, mais que outras, uma simbologia especial no que diz respeito à manifestação, muito em função do caráter central desses espa-

ços, que funcionam como caixa de ressonância, reverberando pontos de vista para toda cidade e até para o país e o mundo. No caso de Belo Horizonte, a Praça Sete, mais do que outros espaços públicos, tem sido o grande palco das manifestações, lugar de chegada ou de partida dos grandes atos políticos, desde longa data. Tal aspecto também foi objeto de nossa análise em outro artigo. Destarte, embasados do aporte teórico acima, apresentaremos um estudo de caso, cujos propósitos orientam-se na perspectiva de analisar a relação de um movimento sindical – o dos bancários – com o espaço público – a Praça Sete de Belo Horizonte.

Mesmo que algumas discussões acerca do espaço público da manifestação tenham sido realizadas, além de um levantamento acerca das manifestações na Praça Sete de Belo Horizonte, faltava-nos o estudo empírico de algum movimento social que, por prática, manifesta-se naquele espaço. Escolhemos para objeto de estudo o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, instituição fundada em 1933 que, por sua trajetória e também pela própria localização central de sua sede, tem uma estreita relação com a referida Praça. Esta que foi palco para importantes manifestações e, de uma forma particular, o Sindicato buscou marcá-la com sua simbologia, provocando discussões acerca de temas caros ao movimento sindical e, por vezes, indo além, ao promover o debate de questões associadas aos setores à esquerda no cenário político.

As análises que se apresentam são fruto de pesquisa realizada no período de 1933 a 2007. Os entrevistados foram escolhidos dentre ativistas sindicais para serem representativos de diversos tempos históricos. Começaremos por situar os momentos em que os bancários buscaram as ruas como forma de expressão de suas demandas. Para o movimento sindical, a deflagração de uma greve abre a oportunidade da categoria ir às ruas.

Para tal empreitada, começaremos

expondo o levantamento sobre as importantes atividades dos bancários nas ruas de Belo Horizonte, geralmente associadas às greves da categoria. Esquemáticamente, organizamos as manifestações dos bancários em três grandes períodos, a partir do próprio contexto político nacional. Tal esquema torna-se um recurso que nos permite captar o próprio diálogo da categoria com as questões que extrapolam o universo puramente sindical.

O segundo tópico, por outro lado, é precisamente um desdobramento da constatação anterior, ou seja, o encontro entre a política e o sindicalismo. É nesse tópico que procuraremos analisar o próprio sentido de ir às ruas para uma determinada categoria profissional.

Os três tópicos seguintes convergem para a análise das manifestações dos bancários, em que o ponto de partida é a caracterização das relações de trabalho dessa categoria. Entendemos que tal caracterização se torna um requisito importante para a compreensão das próprias ações políticas empreendidas pelo Sindicato, em determinados momentos. Feitas essas considerações, apresentamos, por fim, algumas formas de expressão do Sindicato dos Bancários, elencando algumas como emblemáticas, sobretudo, porque trazem a gama de concepções político-sindicais daquela entidade, além do debate que ensaia com a população de Belo Horizonte.

## 2 Principais greves: momentos dos bancários nas ruas

### 2.1 Greve de 1946

Em 1946, ocorreu a primeira greve da categoria bancária em Belo Horizonte, dezesseis anos após a fundação do Sindicato. De fato, algumas lutas importantes já vinham sendo travadas pelo movimento sindical bancário<sup>2</sup>, embora, em nenhuma dessas circunstâncias, o Sindicato

<sup>2</sup> Entre essas lutas estariam a da jornada de 6 horas e a reivindicação pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários – IAPB. Stralen (1995) informa que os bancários de Belo Horizonte fizeram campanhas de apoio às reivindicações, mas, efetivamente, não acompanharam os movimentos grevistas que ocorriam em outros estados.

houvesse ido às ruas. 1946 foi, portanto, o primeiro momento em que o Sindicato experimenta a sensação de manifestar-se nas ruas do centro de Belo Horizonte.

Com a greve de 1946, os bancários ocuparam as ruas por 19 dias, durante os quais uma diversidade de atividades tomou a Praça Sete. Um repertório bastante diversificado foi utilizado, como a organização de fundo de greve, com venda de bônus na Praça Sete e realizações de “passeatas-monstro”, termo bastante comum na linguagem sindical da época. Na Praça, também foi instalado um “Placard da Greve”, listando os nomes das entidades que apoiavam o movimento.

Stralen (1995) informa que, além das já mencionadas atividades de rua, os bancários realizaram uma grande passeata no 15º dia de greve, com a proposição de um juramento coletivo, referendando a intenção dos manifestantes em resistirem até que suas demandas fossem atendidas.

Tal greve é memorável para a categoria bancária. Diversos militantes que viveram aqueles momentos falam dessa mobilização com grande satisfação. É desta forma que Armando Ziller lembra as atividades de rua:

Houve muitas [passeatas]. Fizemos um movimento bem organizado, modestia à parte, por causa da experiência que colhemos lá fora. Não inventamos nada. Na verdade, aproveitamos duas experiências. A da greve de dois dias, de 1934, e, antes dela, a da luta pela lei de seis horas, quando foi necessário fazer greve, porque estávamos tão unidos que os banqueiros resolveram fazer logo a concessão (MINAS GERAIAS, 2000, p. 167).

### 2.2 Greves de 1961/63

O início da década de 1960 foi marcante em termos de mobilizações políticas e diversos movimentos sociais passaram a marcar presença significativa nas ruas de Belo Horizonte. Também os bancários realizaram diversas ma-

nifestações, levando para a Praça Sete as suas demandas. Foi, nessa circunstância, que algumas greves vitoriosas e expressivas manifestações foram conduzidas pelos bancários. Um exemplo foi a greve de 1961. Le Ven e Neves, a propósito desse momento, propõem a seguinte interpretação:

[...] os bancários, já em número de 14000 na época, deflagraram uma greve que ocupou o centro da cidade, fazendo piquetes, com presença marcante de mulheres bancárias. Essas mobilizações ocorreram em frente aos bancos líderes do capital financeiro do Brasil (LE VEN; NEVES, 1996, p. 88).

Ativistas sindicais daquele momento expressam-se, ainda hoje, de um modo vibrante sobre as grandes mobilizações bancárias. O Sindicato era uma referência para todas as mobilizações:

Era bom Sindicato. E pelo fato de ser um sindicato que tinha uma sede própria, no centro da cidade, então o Sindicato dos Bancários era um pouco, até 64, o centro da movimentação popular porque aí nós cedíamos também para os favelados se reunirem, não é!? Até coral ensaiava no Sindicato. A gente achava que aquele era um veículo coletivo que tinha de ser usado (FARIA, 1999 fita 02, lado B, p. 19).

O fato de ser um sindicato aberto dava, por si, o tom de uma dimensão democrática impregnando as concepções políticas dos militantes sindicais. Se havia abertura para que outras entidades utilizassem o espaço do sindicato, é de supor também que essa dimensão inspirava o desejo de se ter uma cidade mais aberta.

As palavras de Antônio Faria dão a dimensão de que, já em 61, fazer greve e ir para a rua não era uma coisa simples, o que não era impedimento para a realização das mobilizações.

[...] o direito de greve não havia. Do ponto de vista legal, não havia. Os tribunais decidiam, é, a greve segundo

um decreto anterior à Constituição de 46. Decreto 9070. Um decreto da ditadura militar. [...] Então nós decidimos que não daríamos bola para isso. O direito de greve; para nós a greve vitoriosa era legal, e a greve fracassada era ilegal (FARIA, 1999, fita 02, lado B, p. 22).

Portanto, apesar das restrições, os atos de rua eram teimosamente realizados. Antônio Faria fala com vibração desses momentos, fazendo questão de ressaltar que as atividades dos bancários eram verdadeiras festas na rua. Os piquetes terminavam, geralmente, em passeatas, espontâneas:

Espontâneo. Porque, quando chegavam... As coisas foram acontecendo, quando chegava 3, 4 horas da tarde se recolhiam os piquetes numa passeata, em que cada um botava a cadeira em cima da cabeça e vinha cantando pela cidade, em volta do Sindicato [...] (FARIA, 1999, fita 03, lado A, p. 3).

Utilizando-se do repertório cultural daquele momento, faziam-se marchinhas para as atividades da greve:

Michel Le Ven: vocês tinham feito músicas?

[*Antônio Faria*]: ah, muitas músicas da... que foram se fazendo, nos próprios piquetes. O... a nossa reivindicação principal era o aumento mínimo de CR\$ 7000,00. É... e o pessoal fez uma marchinha, para essa... e tinha um programa na televisão Itacolomi, que vinha Lamartine Babo. Chamava “O Baú do Lamartine”. E ele cantou, na televisão, a marchinha da greve dos bancários. Então um apoio muito grande. A greve foi muito bonita. Durou 7 dias. E foi amplamente vitoriosa (FARIA, 1999, fita 03, lado B, p. 3).

De certa forma, a greve correspondia a uma expectativa da população. Uma espécie de revanche diante de toda angústia reprimida por conta da situação política, em que os militares haviam ten-

tado impedir a posse de João Goulart.

Antônio Faria destaca a importância da participação dos bancários nas manifestações como importante elemento no processo de sua conscientização política. Tal processo muitas vezes se extravasava em demonstração da grande satisfação pelos bancários, nas ruas, ao se descobrirem como sujeitos. Naquela época e naquele espaço – o da rua – era prazeroso fazer política. Tal destaque nos remete àquilo que Morán (2005) definiu como um aprendizado cidadão e Chauí (1988), juntamente com Sader (1988), definiram como a constituição de sujeitos históricos. Esses aspectos tornam-se evidenciados, mais uma vez, a partir de um trecho da fala daquele dirigente. Vejamos:

Quando nós vencemos a greve, nos meses seguintes, os bancários diziam assim: “eu sou um pouco dono do meu destino. Eu sou capaz. Eu existo.”. Então isso aí criava: “- Bom, então o país também pode ser meu. Então, nós podemos mudar as coisas”, e aí era muito, muito numa linha de que a pobreza e a opressão não era uma coisa definitiva, que podia se reverter como uma participação política solidária, etc. (FARIA, 1999, fita 03, lado A, p. 10, grifo na transcrição).

O período de 1961 a 1963 também foi marcado por uma intensa repressão aos movimentos sociais. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)- já atuava desde o período getulista, agindo para inibir as manifestações, de maneira a mostrar que as ruas não estavam franqueadas aos movimentos populares. Com relação aos bancários, a situação não era diferente. Não raro, os manifestantes eram presos e fichados como comunistas. Naquele período, o então presidente do Sindicato, João Vieira, protagonizou situações em que a polícia política mostrava suas “sutis” técnicas importadas de outros países para acabar com qualquer tipo de manifestação. Essas técnicas compre-

diam os equipamentos sofisticados de repressão, tais como os caminhões com jato d’água, bem como os cursos de treinamento dos soldados para enfrentar situações de rua. A matéria publicada no Correio de Minas merece ser destacada, porque situa bem as dificuldades para os manifestantes naquela época:

Polícia tem caminhão de CR\$ 60 Milhões para acabar com greve.

A Aliança para o Progresso entregou ontem ao Comandante da Polícia Militar, através do agente do Ponto IV em Minas um caminhão que custou CR\$ 60 Milhões. Tem 39 acessórios e será usado para acabar com os distúrbios grevistas e manifestações populares. (Polícia..., 1963, p. 8)

Em função desse incremento das técnicas de repressão, o já mencionado dirigente sindical bancário, em uma matéria publicada no Correio de Minas, denunciava as técnicas anti-manifestação adotadas pelo DOPS:

Líder Denuncia DOPS.

Os líderes sindicais de BH ficaram revoltados com os métodos introduzidos pelo DOPS para acabar com manifestações de trabalhadores e estudantes, que agora não poderão fazer nenhuma manifestação pública, porque o DOPS conta com técnicos treinados para acabar com tumultos.

O Sr. João Vieira, presidente do Sindicato dos Bancários de BH, afirmou que a medida contraria declarações do governador, que sempre afirmou ser sensível às aspirações do povo, mas contratou um técnico que fez curso nos EUA, para ensinar os soldados a bater [...]. (Líder..., 1963, p. 5)

### 2.3 As Greves de 1979 a 1990

Durante o longo período em que o sindicato esteve sob a intervenção do governo ditatorial, ou com direções comprometidas com o regime, as manifestações tornaram-se escassas, ou, quando ocorriam, apresentavam um

cunho tímido face àquelas manifestações ocorridas no período anterior a 1964 (ARAÚJO, 1993). Somente em 1979, no clima da abertura política e a partir das intervenções da Oposição Sindical Bancária, os bancários voltaram novamente às ruas.

Em 1979, o movimento grevista durou apenas dois dias, mas foi suficiente para ensaiar a retomada das lutas sindicais e, também, para a conquista do Sindicato pelo grupo ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) (NOBRE, 1994). A vitória nas eleições ocorreu, de fato, em 1987, mas, ao longo desse período, a Oposição Sindical Bancária – OSB – já fazia intervenções junto à categoria bancária, participando de assembleias e distribuindo panfletos nas agências.

José Prata, ex-presidente do Sindicato, lembra essa dura trajetória até chegar ao poder no Sindicato. Atuando como oposição, os ativistas precisavam tomar cuidado para não serem identificados e demitidos. A disputa nas assembleias era acirrada. Na pauta, os ativistas ligados à OSB defendiam a realização de manifestações. Esse ponto de pauta, geralmente, era um dos divisores de água entre a Oposição e a diretoria do Sindicato.

No processo de...e...de luta sindical a questão chave, [...] é a disputa na base da assembleia, pra saber se ia ter o ato de rua ou não. Ali dividia, não é? Então nós tínhamos no sindicato algumas questões que nos dividiam, por exemplo, quem ia conduzir a assembleia, não é? [...] e a outra que sempre demarcava é isso, se tinha ato de rua ou não, tá certo? [...]. E aí a oposição sempre puxou a categoria, defendendo nas assembleias, e na maioria das vezes ganhou, pra levar o movimento pras ruas de fato, não é? Em particular para dar visibilidade ao movimento, digamos assim, gerar preocupação do lado dos banqueiros, e ao mesmo tempo também questionar as restrições, às manifestações que existiam muito naquela época

ainda, [...] teve diversos momentos aí, por exemplo, acho que os momentos mais significativos foram, por exemplo, a...na época da oposição sindical, [...] as entregas coletivas da pauta de reivindicação. Era algo realmente fantástico não é? Era uma demonstração de forças [...] logo no início da campanha salarial. É... mais tarde a luta das Diretas, não é, outro grande momento que foi na luta da... dos trabalhadores. As campanhas salariais sempre convergiam com atos públicos para a Praça Sete [...] (Informação verbal, grifo nosso).<sup>3</sup>

Com efeito, o Sindicato passa, a partir de 1979, a levar cada vez mais em conta as manifestações de rua como parte do seu repertório de ações. Era comum a realização de manifestações para iniciar a campanha, com a entrega da pauta de reivindicações.

Cê fazia uma assembleia, aprovava a pauta de reivindicação e na semana seguinte cê convocava uma grande manifestação de rua pra sair coletivamente lá, subsidiar e dar suporte à comissão que ia entregar a pauta pros banqueiros. Eu lembro uma época, tinha manifestação com dois, três, quatro mil bancários pra ir nessas manifestações, logo no início da campanha salarial. Era um momento realmente fantástico [...]. (Informação verbal).<sup>4</sup>

As greves eram marcadas por um intenso trabalho de preparação e, não raro, eram realizados shows e atividades culturais na Praça, tais como a “Passeata Alto Astral” e “Show Altíssimo Astral”, que foram realizados no período da campanha salarial, em setembro.

#### Campanha ganha a cidade

Quem não foi perdeu. A passeata Alto Astral, promovida pelo Sindicato e realizada ontem marcou a cidade. A campanha salarial dos bancários e a população se encantaram com o som das bandas Axé e Lombinho com Cachça e se divertiram com a Rádio

<sup>3</sup> Entrevista concedida em 24/08/2007 por José Prata de Araújo.

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 24/08/2007 por José Prata de Araújo.

Ali-é-Nada. Para quem não foi, um consolo: a campanha não acabou. Novos agitos, de altíssimo astral, estão vindo por aí para mostrar que nosso trabalho vale mais. E vale mesmo. (Campanha..., 1995).

### 3 Sindicalismo e política

Quando as categorias profissionais ocupam o espaço público, buscam, principalmente, o reconhecimento de suas demandas. Dessa forma, a partir da apropriação do espaço público os ativistas tornam-se sujeitos políticos. Arendt (1993, p. 36) aborda o significado de constituir-se politicamente, conforme a vida na *polis*. Referindo-se aos gregos, ela indica que:

O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típico da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos.

A relação de trabalho bancário pode ser avaliada à luz dessas interpretações. Uma representação recorrente que os bancários trazem à tona em seus depoimentos – sobretudo os antigos militantes – é a referência aos bancos como “casas bancárias”. Tal representação mereceria algumas considerações, primeiramente, porque essa alusão, embora tenha sido superada pelo termo “instituição bancária”, ainda é recorrente. A expressão “casa” é correntemente associada à esfera privada, em que prevalecem as relações familiares, o trato pessoal e direto, por vezes despótico do dono. Por extensão, no seio da “casa bancária”, é o patrão quem define as próprias regras, numa relação paternalista. Visto assim, a relação patrão-empregado, lembrando uma relação pai-fi-

lho, situa-se na esfera da infrapolítica, isto é, não chegou ainda à dimensão da política (ARENDR, 1993). Tal relação ainda pode ser observada no mundo do trabalho de hoje, em que resquícios do poder tutelar dificultam a defesa dos direitos dos indivíduos.

Podemos ir além e perguntar se o Sindicato também não estaria reduzido a uma esfera privada, da casa, quando se nega a atuar como portador de um discurso político. Quando o Sindicato privilegia ações puramente econômicas ou sindicais (atendo-se estritamente às negociações, mandatos sindicais, dissídios coletivos), recusando-se a discussões políticas (em que pese a dimensão que tais questões possam ser colocadas), o próprio Sindicato pode reproduzir a fragmentação da dimensão política, privilegiando o privado em detrimento do público. O corporativismo – o cuidado exclusivo com as dimensões particulares ou domésticas de uma categoria – foi apontado como um dos problemas do movimento sindical. Não se trata, evidentemente, de trazer a público as questões puramente sindicais, mas de incorporar a esses discursos questões do âmbito da cidade, pois, conforme salienta um de nossos entrevistados, os bancários também vivem na cidade e, por conseguinte, vivenciam também os problemas urbanos que afetam tantos outros cidadãos.

Gilson Mello, ex-assessor do Departamento Cultural do Sindicato, na gestão 1987-1990, aponta em sua entrevista a necessidade dos sindicatos saírem de suas esferas particulares e voltarem suas atenções para a reivindicação do direito à cidade, ou seja, que os sindicatos apontem suas armas para alvos situados fora das demandas sindicais.

Sim. Eu acho que o chamado a essa abordagem mais ampla do que o corporativo, ele fica no ar até hoje. Eu acho que o que ficou daqueles bons tempos é essa pergunta aos movimentos do que que pode ser mais amplo

do que ele próprio. Não que ele, volto a dizer, ele não tem de deixar de ser o que ele tem que ser. Mas ele pode ser algo além dele, né.[...]. A cidade é o lugar comum a todas as questões corporativas, de gênero, de categoria. Então assim, a expressão mais ampla que pode ser, ter se perdido e que precisa ser retomada é um movimento de amor à cidade, de paixão pela cidade, de engajamento pela cidade. E o professor João Antônio [FACE/UFGM] [...] tinha uma frase muito bonita que ele colocava o seguinte: “A cidade é o lugar do outro”. [...] Quando cê é capaz de apaixonar-se pela causa do outro, é o momento onde cê mais se realiza. Porque sem o outro, cê não consegue conquistar o que você quer. [...]. Eu não preciso ser favelado [...] pra ter compaixão, relação de sentimento com o que é vivido de carência ali. Eu tenho que transformar isso num sentimento meu. Embora isso seja muito difícil. Eu posso não carregar a pele negra, mas eu tenho que tentar sentir ao máximo, sentir o que que é carregar uma pele negra pra compreender essa questão e assim por diante (Informação verbal, grifo nosso).<sup>5</sup>

Desse modo, situa-se a importância de um novo sindicalismo que passasse a intervir culturalmente e sindicalmente na cidade. O sindicalismo que emergiu no final dos anos de 1970 inovou na sua forma de atuação, porque buscou articular o sindicalismo junto a questões de cultura. Tiãozinho do Banerj, ex-dirigente sindical, também ligado à Oposição Sindical Bancária (OSB), lembra que, no princípio, muitos militantes que apostavam numa linha de ação mais cultural eram acusados de “carnavalizar a questão política”, como se a linguagem sindical não pudesse comportar essa outra dimensão. Gilson é enfático ao dizer que a categoria faz parte da cidade e defende a necessidade de discutir questões que não estavam colocadas no plano da dimensão corporativa ou da linguagem sindical, que tinha uma dureza, uma si-

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 14/08/2007 por Gilson Mello Martins.

sudez, que também se tentava contornar com a manifestação cultural.

Assim também entende Solange Ayres, ex-dirigente sindical e coordenadora do Departamento Cultural no período de 1987 a 1986. Para ela, os bancários fazem parte da cidade. Por isso, uma das reivindicações que o Sindicato deveria encampar seria a da qualidade de vida.

Eu acho que a proposta do Sindicato que era que ele fosse um Sindicato ativo e não só reivindicasse salário, mas reivindicasse qualidade de vida... e qualidade de vida significava outras coisas também. A gente queria ter alegria, a gente queria ter dinheiro pra ir ao cinema, a gente queria dinheiro pra ir ao teatro, a gente queria ter dinheiro pra divertir. Não só uma negociação direta. Nós queríamos ter dinheiro pra tudo, pra ter mais saúde, né? Mas esse poder de compra, ele não tinha. A gente queria mais. Talvez essa era mais uma ideia de sonho. A gente quer... a gente não quer só comida. (Informação verbal).<sup>6</sup>

A respeito desse movimento cultural, é interessante salientarmos que ele se apresenta como um elemento de sintonização entre as questões sindicais e as questões políticas, assumindo a característica de luta pelo direito à cidade ou pelo modo de expressão que se dirige para a cidade. Le Ven (1987) também faz considerações sobre essa relação entre sindicalismo e política. Para ele, as relações com a política não são tão problemáticas quanto de fato aparentam ser. A tese predominante no sindicalismo mineiro é de que não se deve misturar política com sindicalismo. Este distanciamento só ocorre mesmo em teoria, já que, na prática, muitos dirigentes são filiados a alguns partidos e suas crenças políticas não são deixadas do lado de fora do sindicato quando os ativistas vão fazer a defesa de suas propostas.

O debate em torno da relação entre o sindicalismo e a política permite-nos

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 16/03/2007 por Solange Ayres.



captar a relação da categoria com a cidade, entendida aqui como o espaço mais amplo, distinto do espaço da “casa”, para usarmos uma metáfora que remete à defesa corporativista dos interesses.

Duas dimensões associadas emergem dessa polarização entre sindicalismo e política: as dimensões da utopia e do pragmatismo. A ação sindical pode oscilar entre um polo e outro, dependendo da relação que ela tiver com a política. Quando o sindicato pensa a sua ação apenas como possibilidade de defesa dos interesses imediatos da categoria; então, ele é pragmático-corporativista. Por outro lado, quando o sindicato projeta a sua ação para as questões da cidade e do país, ele, então, se aproxima da utopia, no sentido de uma aspiração, em que pode encontrar outras vozes e somar forças.

A ideia de aspiração é apresentada por Perrot (1992). A aspiração é distinta da reivindicação. Vejamos a definição da autora sobre esses termos:

É preciso igualmente distinguir entre “reivindicação” e “aspiração”. O campo daquela, evidentemente, é muito mais limitado: a experiência mostra que só se reivindica o acessível, o possível, o negociável. O canal reivindicativo é estreito. Também é preciso considerar essas falhas do discurso, essas exclamações, esses suspiros que, em torno de uma conversa ou um texto, dizem o desejo e o sonho. Com o que sonham os operários? (PERROT, 1992, p.113).

Bem entendidos os termos, quando Gilson Mello diz que o sindicato precisa ser algo para além de uma entidade, aponta precisamente a dimensão da aspiração. É o sonho. É a necessidade de ir além. Por outro lado, quando o discurso sindical apela para a unidade da categoria como a causa maior e exclusiva do movimento, então o sindicato age

no campo daquilo que Perrot (1992) apontou como pura “reivindicação”. O dilema inerente ao movimento sindical é que ele não pode somente atuar na dimensão da reivindicação (pragmático-corporativista) ou só na dimensão da aspiração (utopia). Caso ele opte pela ação exclusivamente corporativista, estará deixando de lado o debate sobre a sociedade a qual se integra, e que, muitas vezes, afeta a sua própria existência enquanto entidade. Caso opte exclusivamente pela luta política, deixará de ser efetivamente um sindicato para tornar-se um partido político. Não obstante a esse dilema, as leituras sobre o Novo Sindicalismo indicam que, quando de seu surgimento, suas ações foram marcadas pela combinação das duas dimensões, ou seja, pelas aspirações e pelas reivindicações.

#### **4 Características das manifestações dos bancários**

##### **4.1 Tempo e espaço do trabalhador bancário**

O ritmo de trabalho nas agências bancárias é frenético. Controle de chefias, pressão do cliente e relógio, cada minuto é extremamente valorizado. Quem trabalha em bancos vive a regulação intensa da máquina e do cliente. Isto quanto ao tempo. Quanto ao espaço, os caixas, por exemplo, situam-se em um cubículo, sendo vigiados pelo olhar aflito da clientela e das chefias. Poucos espaços urbanos permitem tamanha visibilidade como nas agências bancárias. O ambiente *clean* proporciona uma noção de transparência, adequada aos negócios bancários. Tudo isso tem o seu propósito: a iluminação intensa facilita a vigilância

do olhar do cliente. É o olho do cliente que controla o espaço do bancário na agência. A análise é bem apropriada à interpretação que Foucault (2002) faz sobre as formas modernas e mais eficazes de controle social. A eficácia está no fato de que, agora, basta a sensação de que estamos sendo vistos para nos portarmos de uma forma esperada.

Outra forma de estreitar a relação de controle sobre o bancário é a noção de espaço amplo que a arquitetura de uma agência apresenta. Essa organização espacial tem como finalidade torná-lo pessoal e apequenar os indivíduos num ambiente tão imponente. Não é a ideia de aconchego o que se tem dentro dos recintos bancários, a despeito desta imagem ser veiculada nas propagandas dos bancos.

O espaço de trabalho não difere, portanto, de um outro espaço que também faz parte do cotidiano dos bancários que trabalham no centro da cidade: a rua. Nos grandes centros urbanos, esse espaço foi subordinado à lógica da circulação, serve ao capital e os indivíduos têm ali uma relação espacial e temporal acelerada. Submetidos à lógica do tempo de trabalho, os bancários – ou outros trabalhadores – não têm o espaço à sua disposição. Antes o contrário. Sua trajetória diária, o deslocamento para o trabalho ou do trabalho para casa indica que o espaço urbano, sobretudo o centro da cidade, só tem sentido como um lugar de passagem. O espaço, nessa dimensão, é frio, sem possibilidades de qualquer subjetivação ou sociabilidade. Esta só ocorre num tempo especial, o tempo do não-trabalho, nos finais de semana, quando os indivíduos podem “desperdiçar” o seu tempo.

Assim entendido, também o tempo não é senão o tempo da produção e reprodução da vida. Cansados de tanta atividade, quem trabalha em atividades tão rotineiras precisam descansar para, no dia seguinte, retornarem suas labutas. Não há como permitir-se gastar o tempo na rua, quando o mandamento é que o tempo perdido será cobrado de alguma forma.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço de trabalho do bancário, assim como o espaço de circulação, são espaços que não permitem relações de pessoalidade.

Mas, há um momento em que os indivíduos se encontram no espaço do centro da cidade e se desvinculam de seus controles hierárquicos, relativizando o seu tempo. Da Matta (1997) considera que o carnaval seria esse tempo. Blass (1992) considera que a greve, e, por conseguinte, a manifestação de rua seriam momentos em que as rotinas são desfeitas e os manifestantes tomam os tempos da cidade e os espaços em outras dimensões.

Nessa apropriação do espaço, pode-se constatar a revelação de uma nova simbologia para a cidade, em que o riso não é censurado e os indivíduos permitem-se “desperdiçar” o tempo, jogar cartas, andar descontraídos pelas ruas. De fato, constitui-se uma simbologia tão cara aos movimentos sociais: ao agir publicamente, reinventa-se a cidade, os lugares ganham novos nomes ou almeja-se algo além do que as rotinas de trabalho poderiam oferecer. Uma outra dimensão de cidade vai sendo desenhada: a cidade do lúdico, o direito à cidade.

#### 4.2 Manifestações como forma de pressão e modo de expressão.

Alguns autores nos oferecem elementos para entendermos duas dimensões associadas às manifestações. Elas podem, assim como as greves, ser entendidas como forma de pressão ou como modo de expressão. Pensamos que essas dimensões podem ser apropriadas para a análise das manifestações de uma forma geral. Chegamos a elas a partir de Tartakowsky (2003) e Perrot (1996). Os ativistas bancários por diversas vezes ressaltam o caráter festivo de suas manifestações, em que predominam a irreverência e o riso, o que, conforme a perspectiva de Perrot (1996), seria a prevalência do movimento como forma de expressão. As entrevistas de Solange

Ayres e, também, de Marcelo D'Agostini são apropriadas para compreendermos questões relacionadas ao movimento bancário no que diz respeito ao modo de expressão, nas manifestações de rua. Consideramos ainda o enfoque de Tartakowsky e Pigenet (2003), em que as marchas e cortejos são relacionados às nossas passeatas. A leitura nos possibilita fazer uma associação entre espaço público, território, e movimentos sociais. Perrot (1996) sugere que as marchas, na sua origem, têm inspirações militares (paradas, uniformes, disciplina), religiosas (cantos, tambores, bandeiras à moda dos estandartes de santos) e cívicas (lembrando a intenção de romper com os limites instituídos, as hierarquias no espaço urbano).

Blass (1992) também acompanha a mesma linha analítica de Perrot (1996) e de Tartakowsky (1990). A greve dos bancários de São Paulo, em 1985, apresenta a característica de modo de expressão. No momento das greves, os bancários rompem barreiras impostas pelos bancos, tomam a rua e ali fazem uma festa irreverente. A rua, espaço de disputa, é situada como um lugar em que, em ocasiões eventuais, perdem-se os limites propriamente estabelecidos como inerentes àquele espaço. O carnaval, as festas, os desfiles, e, podemos acrescentar, as manifestações de rua encabeçadas pelos movimentos sociais, as passeatas, as greves, tudo isso são formas de subverter temporária e simbolicamente a ordem legada às ruas. Consequentemente, podemos concluir que as manifestações encabeçadas pelos movimentos sociais fogem muitas vezes à lógica do permitido.

A propósito desse enfoque, Blass (1992) verifica que uma das características do citado movimento grevista de São Paulo, quando este se apossa da rua, é exatamente a festa, a irreverência de pessoas que, normalmente, em seus locais de trabalho, são marcadas pela seriedade, inclusive pela forma de se vestir, exigência do setor finan-

ceiro. A manifestação grevista é como um evento festivo, não no sentido que os outros atribuem ao movimento, mas sim a partir das próprias representações que os sujeitos manifestantes atribuem a si mesmos. A partir das representações que os grevistas faziam de suas manifestações, tomando a greve como um momento de relaxamento, de encontro com amigos, de “jogar conversa fora” e até dançar na rua, a autora verifica, enfim, que a perspectiva festiva encontra-se inscrita naquelas representações, muito mais do que uma simples reivindicação salarial. Portanto, tomada nesse contexto, a greve dos bancários assume, conforme os sentidos dados pelos depoimentos dos manifestantes, a perspectiva da expressão do movimento, ou seja, uma forma de exprimir as angústias que ficaram reprimidas durante a labuta cotidiana do trabalho bancário, a pressão da chefia ou, até mesmo, um modo de subverter lógicas associadas às ruas e praças públicas.

Contudo, nem toda greve bancária é marcada por essa dimensão. Trabalhando com um recorte considerável de tempo, pudemos verificar que os bancários de Belo Horizonte alternaram momentos em que as manifestações tinham uma forma de pressão, com ocasiões em que se combinam manifestações festivas e a greve. Assim, podemos afirmar que as greves de 1946, 1951 e as da década de 1980/90 apresentam esse aspecto festivo, conforme realçam os entrevistados. As greves dos anos de 1990, marcadas pelo enxugamento brutal da categoria, não apresentam essa particularidade: são formas de pressão, sem a possibilidade de expressão dos bancários, já que estes se encontravam numa situação defensiva. A greve do final da ditadura, em 1979, também pode ser relacionada a esse tipo de ação sindical, a pressão, haja vista o contexto bastante adverso, que não permitia a ousadia nas ações de rua, já que a relação entre a Oposição Sindical e a diretoria era tensa e os militantes não podiam se expor; e

também em razão da repressão policial bastante intensa. Nessas circunstâncias, quando os bancários saíam às ruas, a própria estratégia já era vista como possibilidade de enfrentamento.

Salientamos que a condição da manifestação enquanto modo de expressão não a coloca numa categoria menos significativa, como se não fosse rigorosamente uma forma de manifestação política. A forma pela qual cada movimento se expressa na rua é, possivelmente, o que nos permite traçar um esboço das próprias características de um movimento (ou um ator social). Trata-se de uma informação significativa e que fornece pistas sobre a maneira de agir, os valores inerentes a cada categoria profissional. Sociologicamente, é possível dizer que cada grupo social apresenta uma identidade específica, que varia com o tempo. A maneira como esse grupo expõe-se na rua diz muito de suas características, dos seus valores e dos seus projetos de mundo.

#### 4.3 Implicações da atuação no centro

Especificamente tratando-se do movimento sindical urbano, é relevante o fato do *locus* do trabalho nem sempre coincidir com o centro da cidade. Um exemplo seria as atividades do setor industrial, distanciadas do centro da cidade. Ali, os operários relacionam-se com o espaço chamado de chão-de-fábrica. Suas manifestações, muitas vezes, têm como palco esse espaço (MARONI, 1982). Os bancários, por sua vez, têm relação direta com a cidade, muitas vezes mesmo com o centro da cidade. Isto é significativo do ponto de vista sociológico, já que a rua comporta dimensões sociais que não se apresentam no chão-de-fábrica.

O chão-de-fábrica representa o espaço quase privado do mundo do trabalho: ali, o espaço é fechado e dimensionado a partir da perspectiva da produção; as cadências são reguladas e supervisionadas, já que não há a possibilidade de se circular aleatoriamente,

ou mesmo utilizar o espaço em outro sentido que não aquele previamente estabelecido pela lógica inerente à produtividade. Já na rua ou na praça central, outras peculiaridades apresentam-se. Na rua, os enfrentamentos são de outra ordem: são com o poder público, os motoristas, os pedestres. Também os interlocutores são outros: a população em geral, o setor imobiliário, os comerciantes, a mídia, o poder público e, em alguns casos, inclusive a Igreja, conforme veremos mais adiante.

Dessa forma, quando algumas manifestações ocorrem no centro da cidade, diversas vozes levantam-se em sua defesa ou combatendo-as. Caso pudéssemos acompanhar as diversas discussões que emergem no calor dos acontecimentos, poderíamos perceber que as interpretações representam tensionamentos quanto aos usos e às funções de determinados espaços públicos. Nesses termos, podemos destacar as opiniões da mídia repercutindo as opiniões de diversos setores da sociedade, e as determinações dos poderes constituídos e suas avaliações sobre os acontecimentos. O que encontramos são formas de dispor sobre o espaço público em questão.

Mais significativa ainda é a relativa permanência de um determinado movimento no centro da cidade, o movimento dos bancários. Muitos entrevistados apontam a importância de estar no centro. Que centro é este? Alguns autores dão conta de uma peculiaridade: o centro da cidade tornou-se o centro financeiro (LEMOS, 1988; LEVEN, 1987). É precisamente ali o lugar em que os bancários precisam circular cotidianamente. Este fato nos permite afirmar que o espaço de existir dos bancários, que coincide com o centro da cidade/centro financeiro, pode tornar-se um espaço da ação e do discurso para a categoria e para além dela (ARENDDT, 1993), num movimento que almeja, que aspira e não só reivindica.

Necessariamente, para que a categoria se apresente e apresente suas

demandas, é preciso inventar formas de linguagem que ultrapassem o discurso tradicional – o “sindicaliz”, tão bem lembrado por alguns dos entrevistados mais próximos à dimensão cultural – apropriando-se de novas gramáticas para além daquela linguagem.

### **5 Duas experiências para a cidade: o carnaval sem AIDS e o entreposto cultural**

Um dos marcos da atuação do Sindicato na Praça Sete foi a realização da Campanha do Carnaval sem AIDS. A primeira campanha ocorreu em 1994, tendo como ápice da atividade a colocação de um preservativo, conhecido popularmente como “camisinha”, gigante no Pirulito da Praça Sete. Aquela intervenção foi bastante noticiada pela imprensa na época: inspirados em uma manifestação francesa de igual natureza, os bancários decidiram fazer o mesmo em Belo Horizonte, além de promoverem debates no Sindicato e nas agências bancárias, como formas de alertar os bancários e a população em geral sobre o problema da AIDS.

O Pirulito da Praça Sete recebe, nesta segunda-feira, dia 31 [de janeiro], uma grande camisinha para passar o Carnaval protegido, como deve ser. A “cerimônia” para vestir nosso obelisco marca o início da campanha “Carnaval sem Aids”, promovida pelo Sindicato. Logo depois, começa a caravana de distribuição de preservativos e folhetos explicativos sobre a prevenção da Aids, em várias agências bancárias da Capital (SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO, 1994a).

Interessa-nos destacar alguns pronunciamentos que vieram à tona a partir dessa iniciativa, já que se apresentam como uma oportunidade de situarmos algumas concepções sobre o espaço público e, também, sobre outros

temas que a manifestação colocou em debate. Dentre esses temas, estão questões sobre a sexualidade, o uso de drogas, o casamento e as concepções sobre os monumentos históricos.

Solange Ayres destaca a ideia da Campanha e, também, os problemas enfrentados junto a alguns setores da sociedade, incluindo os companheiros de partido (PT) que, conforme ela acreditava, deveriam ser os primeiros a apoiar. Abaixo, a transcrição da sua declaração, já que ali se apresentam diversos pontos da polêmica:

Primeiro essa ideia de colocar a camisinha não foi nossa. Foi uma ideia que já tinham colocado a camisinha no monumento em Paris. Então a gente falou assim, bem, nós temos um monumento aqui na Praça Sete... é um símbolo fálico aqui no meio dessa cidade. “Ah... também gostaria de por a camisinha nesse pirulito!”. E, no início, quando a gente falou que ia por a camisinha no pirulito houve resistência inclusive dentro do PT, dentro dos próprios companheiros que eram as pessoas que a gente achava que iriam apoiar. E as pessoas diziam “gente, mas que que é isso!? Nós não vamos denegrir a imagem da cidade!?” Isso é... “presta a atenção, nós estamos incentivando a promiscuidade!”. E nós recebemos uma carta do Bispo, naquela época, falando que aquilo era um incentivo à prostituição, que era um absurdo a gente colocar uma camisinha no pirulito, que aquilo estava incentivando pessoas à promiscuidade, à prostituição. (Informação verbal).<sup>7</sup>

O fato foi bastante discutido pelos setores da sociedade, recebendo cobertura em jornais e noticiários da TV, em que a “camisinha” no Pirulito foi colocada em destaque. Diante do acontecimento, o Bispo D. Serafim pronunciou-se veementemente contrário ao ato, encaminhando carta ao SEEB-BH para criticar aquela manifestação (ARAÚJO, 1994). Nesse embate entre a Igreja e o

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 16/03/2007 por Solange Ayres.

Sindicato, inserimos elementos para entender também a organização espacial da Praça e da cidade. Ao analisarmos o conteúdo das cartas, podemos levantar alguns discursos sobre o espaço urbano e sobre a sociedade.

A primeira concepção é quanto ao patrimônio público. Do lado da Igreja, apresenta-se o argumento de que aquela manifestação seria “[...] inadmissível [sic] agressão contra o patrimônio cívico e cultural de Belo Horizonte [...]” (ARAÚJO, 1994). O termo cívico merece ser destacado, já que remeteria a duas dimensões já consagradas do monumento, quais sejam, a representação do poder constituído, para qual o monumento é uma espada, símbolo da força e conquista – e não um “pirulito” – e também sua representação enquanto valor cultural da elite mineira, recatada e bem educada, para qual o espaço público deveria ser lugar da sobriedade e dos bons costumes. Estas dimensões estariam sendo alteradas com a intervenção dos bancários.

Em resposta a essa crítica, o Sindicato argumenta, utilizando-se de um parecer favorável do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), que uma nova simbologia seria acrescentada ao obelisco, por alguns dias, fato positivo, portanto, já que enriqueceria as relações da população com o monumento. O Sindicato ressaltava a validade de se incorporar uma nova simbologia, ao passo que a Igreja posicionava-se em favor da conservação da simbologia cívica associada ao obelisco.

Outra temática que se apresentava naquele debate é a moralidade, tendo como foco a questão da sexualidade. Aí, também, embutem-se considerações sobre o casamento e a educação dos jovens. A Igreja apresenta os seguintes argumentos:

[...] ato de desrespeito aos valores cristãos e familiares [...]. [...] apelos subliminares ou escancarados à promiscuidade sexual, à infidelidade conjugal, ao descompromisso com a família e

com as pessoas, anularão quaisquer efeitos positivos que possam possivelmente derivar do propalado uso de preservativos (ARAÚJO, 1994).

Como resposta, o Sindicato afirma que tal intervenção teve como objetivo impactar e despertar a atenção da população para a prevenção à AIDS, passando às considerações sobre os costumes. Novamente visões desencontradas de mundo vêm à tona:

Longe de nós incentivar a “degradação dos costumes, a dissolução da família, a infidelidade conjugal e a precoce corrupção de jovens e adolescentes”. Acreditamos, contudo, que enquanto há vida, há esperança. Esperança de que a família e os jovens brasileiros e de toda a Terra encontrem meios de equacionar seus desejos e emoções que simultaneamente contribuam para o soerguimento de barreiras intransponíveis a epidemias arrasadoras como a AIDS. [...] De resto, não é supérfluo assinalar que nem toda a repressão dos séculos aos costumes foi capaz de evitar que casamentos se desfizessem, que jovens se corrompessem ou que doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, se propagassem pelo planeta (SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO, 1994b).

O evento continuou sendo realizado até o ano de 1999. No ano 2000, a colocação do preservativo gigante no monumento do Pirulito foi proibida pelo IEPHA, com o argumento de que aquela atividade poderia comprometer a conservação do obelisco. O Sindicato continuou com a campanha na Praça, agregando a ela um bloco carnavalesco, o Bloco do Pirulito, mas sem utilizar o monumento para os eventos.

O Entreposto Cultural foi outra experiência que situamos como um diálogo dos bancários com a cidade. O evento foi pensado para ser uma atividade em que o movimento sindical de

Belo Horizonte, aliado aos movimentos sociais, pudesse fazer da cidade um verdadeiro palco para discussões de toda natureza. Fruto da movimentação política e cultural que já vinha ocorrendo no Boteco da Sexta<sup>8</sup>, no Sindicato dos Bancários, esse espaço servia de referência para o encontro da diversidade cultural e política de Belo Horizonte. Debates eram travados, novas ideias e experimentações. Conforme salienta Gilson, todos os matizes da esquerda encontravam-se no Boteco da Sexta.

[o Boteco da Sexta] virou um encontro cultural e político da categoria, da antiga Oposição, agora empoderada, e que virou a sede social, vamos dizer assim, de todo o movimento político de Belo Horizonte. Sexta-feira à noite encontrava a esquerda toda de Belo Horizonte no Boteco da Sexta. E, ou vindo da categoria, ou questões que de fora eram trazidas – questões como droga, sexualidade, família, arte, lazer, tudo isso foi sendo trazido à discussão da categoria, além da reposição salarial, piso mínimo, aquelas questões clássicas, né (Informação verbal).<sup>9</sup>

Essa abertura da entidade sindical para questões que iam além do repertório sindical foi a essência para a concretização de outra ideia: o Entrepósito Cultural. Para tanto, o Sindicato, em associação com outras entidades sindicais, levantou uma lona de circo na Praça da Estação. Ali seriam realizadas desde assembleias, como também mostras, debates e oficinas. A intenção era trazer, efetivamente, o movimento sindical para o espaço da cidade. Esta experiência seria a própria materialização de todas as discussões que já ocorriam no Boteco da Sexta, pois representava a politização do movimento sindical:

[O] Entrepósito é um movimento sindical bancando politicamente e ma-

terialmente um movimento que tava voltado pra defesa da Cidade e não de uma corporação ou outra, nem do conjunto das corporações. O Entrepósito Cultural vai agregar o Movimento Negro, a luta dos Direitos Humanos, a luta de todos os artistas, de todas as áreas. Ele é um movimento amplo. Ele foi o resultado desse sindicalismo, eu diria politizado. Porque a resposta ao corporativo é o politizado e o politizado é a memória política do movimento que é secular (Informação verbal).<sup>10</sup>

Jacó e Gilson Mello relatam que a experiência era realmente aberta e inovadora. Diversas pessoas vinham debater e realizar oficinas ali. O diretor e dramaturgo Augusto Boal e o conjunto musical baiano Olodum foram algumas das personalidades a participar da experiência. Esse espaço era aberto, “o povo entrava lá pra dentro e ficava lá”, lembra Jacó do Nascimento. Assim, meninos de rua que viviam nos arredores da Praça da Estação passaram a frequentar o espaço. Aquela experiência, no entanto, sofreu questionamentos por parte do poder público municipal, que considerava aquela atividade incômoda. Depois de algum tempo de funcionamento, certo dia, a lona apareceu toda rasgada e a experiência teve que ser encerrada.

## 6 Quando o sindicato se encontra com a Praça Sete

### 6.1 Importância das manifestações para os manifestantes.

Diante de um processo de mobilizações, os manifestantes tomam contato com diversas dimensões que contribuem para que possam ter uma outra visão de mundo, isto é, ganhem consciência política. Sader (1988) enfatiza que, quando os indivíduos se encontram com o espaço público, um espaço por vezes reservado para outras finalidades e cercado aos movimentos sociais;

<sup>8</sup> Funcionando na sede do Sindicato dos Bancários, conforme explica Gilson Mello em seu depoimento, o “Boteco da Sexta” foi o primeiro experimento cultural e político da diretoria cutista, no seu primeiro mandato.

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 14/08/2007 por Gilson Mello Martins.

<sup>10</sup> Entrevista concedida em 14/08/2007 por Gilson Mello Martins.

então, esses indivíduos descobrem-se como sujeitos da própria história, termo que passou a ser assumido pelos movimentos sociais, no final da década de 1970. Assim, essa experiência fica guardada na memória daqueles que fizeram parte dos acontecimentos.

As manifestações são momentos singulares vivenciados pelos entrevistados. Cada qual traz uma marca, uma satisfação com relação a um momento de rua. Trata-se de uma verdadeira experimentação política, com sua intensidade. Blass (1992) refere-se às greves como uma escola de educação política. Morán (2005) também aponta essa característica para as manifestações de rua.

É também nas ruas que os indivíduos podem encontrar-se com os dilemas que se apresentam na vida da cidade e do país. O governo faz-se representar ali, seja através da polícia, pelos regulamentos de trânsito ou ainda pelos alvarás exigidos para a realização de atos de rua. A presença desses elementos coloca, nua e crua, a relação conflituosa com o poder. Também se reelabora uma nova visão sobre o papel da imprensa, antes, talvez, tida como neutra, mas que, ao não noticiar as grandes manifestações, fazem o jogo dos banqueiros. É aí que os manifestantes se dão conta de que nem toda notícia é divulgada e que também as demandas populares não interessam aos donos da mídia.

Por ocasião de algumas manifestações dos bancários, por vezes essas relações conflituosas com a imprensa vêm à tona e são retratadas de forma irreverente. Em junho de 1990, por ocasião de uma greve dos funcionários do Banco Real, a imprensa insistia em mostrar o funcionamento de algumas agências, quando, de fato, a maioria encontrava-se fechada. Ao destacar aquelas, sem fazer referência às outras, o noticiário transmitia uma ideia deturpada de que a greve não estava forte. Para mostrarem insatisfação com relação à cobertura parcial da imprensa, alguns sindicalistas compareceram à porta da emissora de TV com melancias na cabeça, para verem se des-

sa forma seriam filmados: “Fomos para a porta da Globo de melancia na cabeça... E agora Marinho, vai noticiar nossa greve?” (FATOS..., 1990).

Outro encontro possível nas manifestações de rua é com a população. É a ela que o discurso é dirigido, é ela quem dá o apoio em momentos críticos, garantindo a vitalidade do movimento. Os entrevistados destacam diversas situações em que a população marcava a sua presença, dando apoio às manifestações.

Também, por vezes, esses manifestantes encontram-se com a Igreja, ora debatendo com ela, ora reivindicando sua proteção em momentos de repressão. A propósito, é bastante sugestivo o depoimento de Gilson Mello, indicando que no final dos anos de 1970, quando a repressão ainda era mais intensa, os manifestantes escolhiam as escadarias da Igreja São José, para conseguirem a proteção da Igreja.

Um outro elemento a ser considerado ainda quanto à relação entre a manifestação e suas implicações na formação da identidade dos manifestantes, diz respeito à possibilidade do repertório sindical ser interpenetrado pelas diversas linguagens artísticas, bem como pelos discursos dos novos movimentos sociais, dos movimentos de bairro, negros, homossexuais e mulheres no mundo do trabalho (LE VEN, 1987).

Nesse aspecto, as atividades dos Bancários, principalmente aquelas situadas entre meados dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990, trouxeram às ruas uma diversidade de linguagens. Bonecos foram trazidos para o espetáculo de rua – o “Zé da CUT”, boneco gigante presente em todas as manifestações do Sindicato fez história nas ruas de Belo Horizonte – o teatro “Olho da Rua”, de Carla e Jacó; a Rádio Ali-é-Nada, discutindo já no próprio nome a necessidade de o bancário – e a população – sair da sua vida alienante no interior das agências e vir para a rua manifestar e reivindicar uma cidade melhor; a Rádio Peão, discutindo temas gerais



com a população; sem esquecer-se de Moisés Augusto e o seus personagens: o “Velho”, a “Maria Miséria” e o “Capetalismo”, que transcenderam o movimento sindical bancário e se tornaram personagens da cidade. Nessa linha, também vale mencionar as alegorias – os bonecos – associadas ao carnaval pernambucano, que foram incorporadas às manifestações de rua, os estandartes e as músicas (marchinhas) que eram introduzidas no repertório sindical. Há, ainda, que se destacar o olhar atento às manifestações que ocorriam em outros lugares do mundo, a exemplo da ideia de colocar a “camisinha” no Pirulito, manifestação que já havia sido realizada na França.

Ainda com relação às diversas linguagens incorporadas pelo movimento sindical, vale lembrarmos das estratégias que utilizavam para questionar a repressão policial. Uma dessas situações é a relatada por Moisés Augusto: tendo lhe sido sugerido não sair fantasiado de “Capetalismo”, por causa da perseguição policial contra o personagem; então, ele resolveu fantasiar-se de “Maria Miséria”, a mãe do “Capetalismo”. Se o “Capetalismo” não podia, a mãe poderia.

A “Maria Miséria” era a mãe do “Capetalismo”. Então a polícia atirava no “Capetalismo” mas não na mãe dele [risos] então eu até achava engraçado que no dia seguinte eu saio pra passeata os policiais que me prenderam, me viram assim e ficaram...fazer o que? Eles tinham que prender o “Capetalismo”, a mãe dele não, então é...eu trabalhei toda aquela greve como a mãe do “Capetalismo” que foi um negócio, aliás, foi um negócio muito mais interessante do que o personagem, porque ela na verdade questionava o desaparecimento do seu filho e atribuía a responsabilidade por isso. Então como o sistema ele tende a silenciar as diversas vozes que vão questioná-lo e como esse silenciamento, como ele não é a questão de dominar a subjetividade, é impondo o medo...a

repressão. (Informação verbal).<sup>11</sup>

Gilson Mello também relata uma estratégia inovadora utilizada pelos manifestantes. Numa manifestação de Maio de 68 na França, os jovens colocaram um paredão de espelho diante da polícia preparada para enfrentá-los, de modo que a polícia se visse ao invés de verem os jovens. Gilson conta que resolvera fazer algo semelhante em Belo Horizonte numa manifestação que ocorreu um dia após um duro enfrentamento com a polícia:

E como a gente não tinha dinheiro pra comprar espelhos, e sabíamos que eles seriam quebrados, no dia seguinte a essa pancadaria, nós compramos algo em torno de 300 metros de tecido preto e formamos um muro preto entre a polícia e a passeata (Informação verbal).<sup>12</sup>

Por fim, ressaltamos a representação sobre a cidade, ou mais especificamente, o olhar diferenciado que os entrevistados apresentam com relação à Praça Sete, tendo em vista a sua inserção política e em função de ali terem participado de manifestações. Indagados sobre os significados daquele espaço, os depoimentos trazem representações simbólicas que remetem às palavras “coração” e “palco”:

A Praça Sete é o coração da cidade. A Praça Sete sempre foi um palco importante na história de Belo Horizonte, manifestações políticas. Com variações de período pra período, né?... então o...o...a Praça Sete sempre teve essa marca simbólica de que é...é...ali sendo o coração da cidade, tudo que acontece ali tem repercussão né? irradia com velocidade, e também ela tem essa forte marca me parece simbólica de que os gritos que ali ocor-

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 02/08/2007 por Moisés Augusto Gonçalves.

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 14/08/2007 por Gilson Mello Martins.

rem, eles chegam aos ouvidos do poder... (Informação verbal).<sup>13</sup>

Perguntamos ainda aos entrevistados qual o nome dariam à Praça Sete, tendo em vista a história por eles vivida naquele espaço. Alguns nomes foram sugeridos: Praça Dona Helena Greco<sup>14</sup>, Praça da Liberdade, Praça da Democracia e Praça do Povo.

O nome de Dona Helena Greco foi mencionado por duas vezes. A explicação está no fato de que ela teria sido um dos símbolos da luta contra a Ditadura, tendo participado de diversas manifestações, desde a luta pela Anistia. Sobre ela, Tiãozinho ressalta o seguinte:

Ela representa Minas Gerais, o Brasil...muito mais do que ter acompanhado as nossas mobilizações do sindicado dos Bancários. Eu acho que é a mulher pioneira a defender os anistiados, sabe, a defender Cuba socialista, abrir espaço.... ela é a primeira presidente da Associação José Martí, que é uma Associação de apoio ... apoio a Cuba, na época. Cuba Socialista. Então, assim, ela representa muito mais pra humanidade, muito mais pra Belo Horizonte, pra Minas Gerais e pro Brasil e pras pessoas que lutaram nesse país, que morreram nesse país [...]. A Dona Helena é uma das pessoas que deu a sua contribuição, que doou a sua vida. Eu acho muito mais por isso. É esse reconhecimento.... é uma cidadã de fato, brasileira de fato (Informação verbal).<sup>15</sup>

Solange Ayres, concordando com a sugestão, aproveita para fazer uma crítica à simbologia contida na Praça Sete, monumento à Independência: “Pra dizer a verdade.... nós gostaríamos que aquela Praça Sete não chamasse Praça Sete. Sete de Setembro me lembra Pátria, es-

sas coisas.” (Informação verbal).<sup>16</sup>

Também Moisés Augusto faz um questionamento a respeito do nome atribuído à praça localizada em frente à sede do Governo estadual, a Praça da Liberdade. Para ele o nome Liberdade poderia substituir o nome Praça Sete, sobretudo porque:

[..] a Praça Sete [o espaço] pra mim seria o órgão da liberdade, entendido a partir da compreensão de que pra lá convergiam todos aqueles que pensavam... efetivamente pensavam na emancipação humana (Informação verbal).<sup>17</sup>

Essa nomeação da Praça Sete traz uma diversidade de símbolos associados a uma visão mais ampla de mundo. Por vezes, nos nomes sugeridos, os entrevistados levantam representações de mundo, além de discutir as outras visões que permeiam aquele espaço público. Quando o entrevistado sugere uma representação, é possível dizer que ele efetivamente está também dizendo aquilo que as representações oficiais não contemplam. É, nesse sentido, que compreendemos o questionamento de Solange, ao levantar uma crítica à ideia de Pátria. O não-dito é o que restou no depoimento, mas a ideia sugerida é de também confrontar com aquelas representações e até manifestações conservadoras, como as paradas militares, em que os símbolos pátrios são largamente apresentados e, contudo, colocam o povo como expectador, do lado de fora do alambrado.

## 7 Considerações finais

Este artigo não buscou esgotar a discussão sobre as manifestações em espaço público. Nossa contribuição orienta-se mais no sentido de conduzir uma discussão acerca das manifestações, tendo como foco uma categoria profissional. Não obstante, o que se destaca é os diversos enfoques que podem ser trazidos à tona, sobretudo no contexto

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 02/08/2007 por Moisés Augusto Gonçalves.

<sup>14</sup> Dona Helena Greco foi vereadora em Belo Horizonte, no período de 1983 a 1992. É reconhecida junto aos movimentos sociais da cidade, principalmente, por sua militância no Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais e na luta pelos direitos humanos.

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 16/03/2007 por Sebastião Rodrigues da Costa – Tiãozinho do Banerj.

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 16/03/2007 por Solange Ayres.

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 02/08/2007 por Moisés Augusto Gonçalves.

em que as manifestações entram novamente em cena, depois de um período de relativa calma. Outros manifestantes trazem simbologias e formas de ocupar as ruas diversas.

Decerto, estamos diante de uma temática relativamente fértil e que está longe de ser esgotada. Na França, há, hoje, uma variedade de estudos cujos olhares orientam-se para as manifestações, buscando compreender questões como a visibilidade, os trajetos, as praças e as ruas escolhidas, além das formas de expressão e dos atores envolvidos.

Compreender o fenômeno da apropriação das ruas não é um simples passatempo sociológico. Entendemos, conforme fizemos destacar ao longo do artigo, que as manifestações de rua são expressão da própria ampliação da democracia. Assim, as ruas indicam repertórios que são incorporados por determinados segmentos da população, que, muitas vezes, escapam à seara da política institucional. Diversos desdobramentos podem emergir como consequências das manifestações. Gostaríamos, a título de síntese, de mencionar alguns.

Um dos desdobramentos que emergiram a partir das manifestações dos movimentos sociais e, particularmente, do Sindicato dos Bancários no centro da cidade é que a cultura urbana e social foi enriquecida com a ação política dos trabalhadores (LE VEN; NEVES, 1996). Por meio da explicitação dos seus direitos e da manifestação pública, os bancários acabavam incidindo sobre a formulação de uma visão política também para aqueles que assistiam. Le Ven e Neves indicam a importância das ações dos trabalhadores no espaço público:

Dessa forma, contribuíram para construir um espaço urbano como lugar do “público” através de sua ação e de seu discurso, para além do espaço de trabalho. Na história da cidade, a vontade dos trabalhadores de participar da construção do espaço público foi uma constante (LE VEN; NEVES, 1996, p. 101).

As manifestações no espaço

urbano têm a importância de colocar questões sobre a própria dinâmica da cidade. Alterando-se os fluxos, mesmo que, momentaneamente, fazem com que algumas polêmicas venham à tona.

A manifestação no espaço urbano, mesmo, e talvez, sobretudo, quando incomoda o transeunte e o trânsito, é um termômetro da qualidade democrática da vida política, exatamente porque ela rompe, para o ator e o espectador, com a banalidade e a rotina cotidiana (LE VEN; NEVES, 1996, p. 101).

O ator Jacó do Nascimento apresenta ainda outras considerações sobre a importância das atividades culturais do Sindicato para a cidade, pois desperta o perguntar da população.

Eu acho que despertou esse perguntar da população... essa... lutar pelos direitos deles. Cê saber... ter clareza o que não pode [pode] e o que não pode fazer. Então, por mais alegria, por mais satisfação que o povo olha pra gente passar... fica lá rindo, aplaudindo a gente... sentimos bem representados ali. Então isso foi uma... ah eu acho que é o mais forte desse movimento todinho é isso. É como a gente tinha o respaldo da população... quando a gente colocava um discurso claro, bem humorado... a ai sentia representado quando a gente .../ “Uai! Isso que esse povo tá falando eles são corajosos! A gente não consegue nem falar isso, mas estão falando”. Ou que só aplaudindo assim... Isso era... era o melhor que tinha, né. Que a alegria estava estampada. / A gente saía fazendo aquele percurso ali Afonso Pena, Augusto de Lima e descia a Espírito Santo... aquilo ali, assim, o povo jogava papel picado pela janela; balançava bandeiras, dava tchau e tudo o mais (Informação verbal).<sup>18</sup>

Quando Blass (1992) analisa a greve dos Bancários de São Paulo, em 1985, destaca a importância das passeatas e manifestações na rua pela sua

<sup>18</sup> Entrevista concedida em 14/08/2007 por Jacó do Nascimento.

irreverência, pela proximidade com o lúdico, com o carnaval, com atividades que, por vezes, lançam mão de repertórios variados da cultura brasileira ou regional. Assim, é comum constatar a utilização de diversas linguagens e diversas intervenções incorporadas do repertório popular, religioso, militar ou artístico, dentre as quais lembramos os enterros simbólicos (fato recorrente nas manifestações sindicais), os atos ecumênicos, a utilização de velas e archotes acesos iluminando passeatas, ou a presença de autoridades religiosas nas manifestações. Além disso, podemos mencionar as encenações, a linguagem radiofônica, televisiva, dentre tantas outras. Por vezes, também, é comum a comunicação com outros movimentos sociais de esquerda, como forma de integrar as lutas, de demonstrar apoio às causas. Nesse sentido, comuns também são as participações do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) nas passeatas e mesmo em greves bancárias.

Por vezes, as manifestações discutem diretamente questões relacionadas com a vida cotidiana da cidade, sugerindo críticas a alguns valores consagrados, e, particularmente, questionando as funções da rua/prça. É, nessa direção, que podemos situar as denominadas “feiras da miséria” (PARTICIPE..., 1986) e os placares das greves, na Praça Sete. Com essas atividades, os manifestantes questionavam os atributos da vida comercial, em que os produtos são vendidos, não servindo à solidariedade. A feira, aqui, não tem uma intenção senão a de comunicar a solidariedade e o encontro, servindo para denunciar uma situação econômica difícil para aqueles que trabalham. Tais formas de comunicação e de utilização de repertórios variados são indicativas, para a cidade, de outra forma de ver o mundo: trata-se de outra forma de utilizar e viver na rua, confrontando-se com as formas previstas.

Hoje, sobretudo quando outros segmentos sociais ocupam as ruas, novamente as perspectivas analíticas aqui

apresentadas tornam-se atuais, certamente com outras vozes, com demandas distintas daquelas que embalaram as manifestações dos períodos anteriores. Decerto – pelo menos é o que as manifestações de 2013/14 têm apontado até agora – não existe apenas um mote unificador das lutas, como tiveram outrora as manifestações contra a Ditadura Militar, nos anos de 1960 ou a Campanha das Diretas, em 1984. Há quem veja nesta falta de convergência um ponto fraco das manifestações atuais, já que tenderiam a se esvaziar com o tempo, sem obter conquistas significativas. Outros, ao contrário, têm visto com entusiasmo as novas manifestações, sobretudo pela perspectiva da multiplicidade de vozes, algumas até divergentes entre si.

Como é possível perceber, tal enfoque sugere inúmeras possibilidades analíticas. Neste artigo, apresentamos, sucintamente, as considerações acerca da atuação do movimento sindical bancário no centro de Belo Horizonte. Um dos possíveis enfoques, portanto. Espera-se que tal abordagem possa conduzir a outras questões e, também, a futuras pesquisas.

## Referências

1. ARAÚJO, J. P. de. **A construção do sindicalismo livre no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993.
2. ARAÚJO, D. S. F. [Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte]. [Carta] 03 fev. 1994, Belo Horizonte [para] CAMPOS, Marília Aparecida [Pres. Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte]. 2 f.
3. ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
4. BLASS, L. M. da S. **Estamos em greve!** São Paulo: Hucitec, 1992.
5. CHAUI, M. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, Falas e

- Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
6. D'AGOSTINI, M. J. N. **Marcelo José Nunes D'Agostini**. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisas Históricas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: [s.n.], 10 jul. 2003.
7. DA MATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1997.
8. FARIA, A. **Antônio Faria** (Entrevista história de vida) [1991]. Entrevista concedida a Michel Marie Le Ven. Programa de história Oral – Centro de Estudos Mineiros. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: [s.n.], 1999.
9. FATOS e fotos de 15 dias de Luta. **Realmente CUT**. Boletim informativo dos Funcionários do Real. Belo Horizonte, 10 jun. 1990.
10. FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.
11. LE VEN, M. M. **Biografia, autobiografia, romance familiar**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. Notas de aula.
12. LE VEN, M. M.; NEVES, M. de A. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In. DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (orgs.). **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. Coleção Belo Horizonte. p. 75-106.
13. LEMOS, C. B. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica urbanística e simbólica no centro de Belo Horizonte. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, Belo Horizonte. 2 v.
14. LÍDER denuncia DOPS. **Correio de Minas**, Belo Horizonte, 23 fev. 1963. Informe Sindical, p.5.
15. AUTOR. **Estratégias de rua**: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
16. AUTOR. A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política. **Revista Espacialidades** [online]. Natal -RN. v. 6, n. 5, p. 130-158. 2013b.
17. AUTOR. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Revista Pensamento Plural**. Pelotas-RS. v. 12, n. 6, p. 7-35. 2013a.
18. MARONI, A. **A Estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
19. MINAS GERAIS. **Armando Ziller**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000.
20. MORÁN, M. L. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Política y Sociedad**, Madrid, vol. 42, n. 2, p. 95-113. 2005. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0505230095A/22920>. Acesso em: 21 jan. 2014.
21. MOURIAUX, R. Stratégies syndicales et manifestations de rue. In: FAVRE, Pierre (org). **La manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
22. NOBRE, R. F. **Organizações sindicais**: Máquina e Militância: um estudo da experiência da militância Cutista junto ao sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região. 1993. 125f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia, Belo Horizonte.
23. PERROT. M. A História feita de

greves, excluídos e mulheres. Entrevista a Michael Hall. **Tempo Social**. Revista de Sociologia (USP), São Paulo, n. 8(2), p. 191-200, out. 1996.

24. PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. POLÍCIA tem caminhão de CR\$ 60 milhões para acabar com greve. **Correio de Minas**, Belo Horizonte, 11 mai. 1963. p. 8.

25. SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

26. SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO. Camisinha no Pirulito. **Jornal do Sindicato dos Bancários de BH e Região**, Belo Horizonte, n. 189, 31 jan. 1994a.

27. SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO. [Carta] 10 fev. 1994b, Belo Horizonte [para] ARAÚJO, Dom Serafim Fernandes. 03 f..

28. STRALEN, T. B. de S. V. **Trincheira de Lutas**: Ação sindical e política dos Bancários de Belo Horizonte (1932/1964). [s.l.], [s.n.], 1995.

29. TARTAKOWSKY, D. La province sans Paris ou la province contre Paris? In FAVRE, Pierre (org). **La manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

30. TARTAKOWSKY, D.; PIGENET, M. Les territoires des mouvements sociaux. Les marches aux XIX et XX siècles. **Le Mouvement Social**, n. 202, janvier-mars, 2003. Les Editions de l'Atelier/Editions Ouvrières.

31. TARTAKOWSKY, D. **La manif en éclats**. Paris: La dispute, 2004.